



ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DO ASSENTAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO CASTRO-PR A PARTIR DA AGROECOLOGIA

ADRIANO DA COSTA VALADÃO; LETICIA RODRIGUES PEREIRA; NATALIA GARDINAL; RAFAELA RIBAS BUENO; REIDY ROLIM DE MOURA

RESUMO

O associativismo possui sua base principal em uma relação de indivíduos e sujeitos os quais intercedem interesses sociais em comum, onde se relacionam desta forma os movimentos sociais vigentes no contexto social brasileiro, onde realizam ações sociais coletivas, que buscam principalmente organizar e expressar suas demandas, muitas destas pautadas na sustentabilidade. Neste contexto destaca-se a experiência do Assentamento Maria Rosa do Contestado, localizado no município de Castro/PR, composto por famílias ligadas ao Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, que criaram a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado, o qual busca representar as famílias na comercialização de lavouras coletivas, sendo pautada em sua produção os princípios da agroecologia, dos quais se relacionam ao associativismo e a sustentabilidade. Desta forma, tem-se por objetivo compreender o papel do associativismo e do cooperativismo no Assentamento Maria Rosa do Contestado na busca da sustentabilidade através da agroecologia. A pesquisa aqui disposta se trata de pesquisa de caráter qualitativo, tendo como base a pesquisa bibliográfica, análise de documentos e a observação participante. O presente texto aborda a relação entre a prática do associativismo e sustentabilidade no Assentamento Maria Rosa do Contestado que possui a cooperativa, demonstrando que ambos relacionados ao modo de produção realizado pelo assentamento em agroecologia e economia solidária, possui uma possibilidade maior articulação entre os membros, de maneira democrática e sustentável, contribuindo com o movimento social e com a realidade dos integrantes no que refere a geração de renda, força política e acesso a outros espaços.

Palavras-chave: Participação Social; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Incubação; Economia Solidária; Redes

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho destacamos a experiência do Assentamento Maria Rosa do Contestado, que ocupou no ano de 2015, uma área pública no Município de Castro, a qual era utilizada irregularmente por grandes cooperativas representantes do agronegócio regional. Nesta área estão atualmente 60 famílias em processo de regularização junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Esta comunidade tem origem na organização de cerca de 250 famílias no município de Castro que articuladas através do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocuparam uma área pública, utilizada irregularmente por cooperativas do agronegócio local. Segundo Gohn (2011, p.335) os movimentos sociais podem ser compreendidos como “(...) ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. O MST, se destaca como um dos mais

importantes movimentos sociais de âmbito nacional e até internacional que tem origem a partir de lutas sociais desenvolvidas em meados da década de 1970 em particular nas regiões do território Centro-Sul brasileiro (MST, 2024).

Neste contexto, as famílias debateram a melhor maneira de articulação coletiva, e considerando que a geração de renda era um fator importante e aproveitando a mobilização oriunda da ocupação da terra, as famílias optaram por fundar uma cooperativa. Sendo assim fundada a ram - Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado, que passou a atuar na representação das famílias e buscar articular canais de escoamento da produção local. Desta maneira o presente texto possui como objetivo compreender o papel do associativismo e do cooperativismo no Assentamento Maria Rosa do Contestado na busca da sustentabilidade através da agroecologia.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se trata de pesquisa qualitativa tendo como base a experiência durante o processo de incubação da Comunidade Maria Rosa do Contestado pelo Programa de Extensão IESol - Incubadora de Empreendimentos Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Será realizada através dos métodos de revisão bibliográfica de literatura sobre o Assentamento Maria Rosa do Contestado, destacando trabalhos como Winek et al (2018) e Mendes et al (2018) que contém informações sobre o trabalho da IESol e a realidade das famílias. Ainda utilizaremos a pesquisa documental, a partir de relatórios dos anos de 2018 a 2023, chamados de dossiês, o qual, fazem parte do acervo da IESol. Por fim, considerando que alguns autores participaram ativamente de atividades de extensão com as famílias da Comunidade Maria Rosa do Contestado, se utilizou da observação participante.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática do associativismo surge de décadas passadas e ganha destaque no Brasil, principalmente em 1990 com foco no desenvolvimento local e social. Leonello e Cosac (2008) destacam que o associativismo promove ideias emergentes à sustentabilidade, princípios como participação, cooperação, representação política, democracia, pluralismo e ação coletiva. Esses princípios fundamentam o associativismo, que pode ser definido como uma estratégia social que envolve a integração de indivíduos com interesses comuns.

Em meio a este contexto e fazendo parte do associativismo a sustentabilidade que se caracteriza conforme Hulse (2018), como princípio constitucional que visa determinar direta e imediatamente, a responsabilidade do Estado e da sociedade pelo desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, para assegurar o bem-estar no presente e no futuro.

Conceição e Maneschy (2019) citam que um exemplo prático dessa relação entre associativismo e sustentabilidade é a criação de cooperativas de agricultores orgânicos, que não só promovem a produção de alimentos, mas também implementam técnicas agrícolas que preservam a biodiversidade e os recursos naturais, o associativismo pode servir como uma ferramenta poderosa para capacitar comunidades locais na gestão sustentável de seus recursos naturais, promovendo o desenvolvimento econômico enquanto se preserva o meio ambiente.

Destacamos que uma das formas do associativismo é o cooperativismo o qual possui características específicas, enfatizando a questão econômica. Visto que, a cooperativa possui a possibilidade de realizar transações comerciais, algo que é limitado em associações. O cooperativismo, tem origem na organização de trabalhadores, principalmente na Grã-Bretanha, onde as cooperativas tinham uma “natureza essencialmente contestadora” e ligadas aos movimentos socialistas e comunistas do século XIX, mas principalmente no século XX (GURNEY, 1996).

No caso brasileiro, por outro lado, o cooperativismo surgiu principalmente a partir de 1988, onde grupos começaram a organizar novas cooperativas populares, que teve origem no movimento de redemocratização do Brasil, na reivindicação e luta de movimentos sociais e a liberdade associativa que foi aprovada na Constituição Federal de 1988. A partir desse momento o MST, que já vinha de uma experiência de organização de cooperativas informais, passa a expandir essa organização e funda a Central de Cooperativas no Brasil.

Neste contexto, a experiência de cooperativas de assentados ligados os MST, no processo de redemocratização e diversas experiências urbanas de geração de trabalho e renda a partir dos princípios gerais do cooperativismo, acaba por articular uma série de empreendimentos com base no trabalho coletivo que veio a se configurar a Economia Solidária. Assim, retomava os princípios do cooperativismo criados no século XIX e é apontado por Singer (2002) como uma reinvenção da economia solidária.

Nesta perspectiva destacamos a experiência do Assentamento Maria Rosa do Contestado, formado por um grupo de famílias sem-terra ligados ao MST que ocupou uma área pública no Município de Castro-PR com cerca de 250 famílias. Após cerca de 7 anos de luta como um acampamento, incluindo processo judicial e mudanças de governo, a área foi repassada ao INCRA no ano de 2024 para oficializar a implantação do assentamento. Desde o primeiro momento este grupo decidiu, a partir de uma proposta do MST para as famílias assentadas, que a produção agropecuária devia seguir os princípios da agroecologia. A agroecologia é proposta como um campo científico que defende que a produção agropecuária tem como base não só uma dimensão econômica, mas de igual maneira uma dimensão social e ambiental. (ALTIERI, 2004). Principalmente dentro do contexto latino-americano “a agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política” (Guhur; Silva, 2022), ou seja acaba por articular campos das ciências, da luta pela preservação ambiental e de agricultores camponeses, em prol da proposição de uma agricultura mais sustentável, incluindo aspectos políticos de contraposição à agricultura convencional de grande escala, hoje chamado de agronegócio.

No primeiro ano de acampamento, as famílias tinham muitas dificuldades em realizar a comercialização da produção. Por estarem na situação de acampadas eram impedidas de emitir notas fiscais de produtor rural, e só tinham a possibilidade de realizar vendas de porta em porta ou com atravessadores. Na busca de uma solução coletiva, as famílias fundaram a Coofram - Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Maria Rosa do Contestado. A qual possibilitou a comercialização de lavouras coletivas e parte dos excedentes de produção a preços melhores, mas ainda com muitas dificuldades.

Ainda considerando a produção com base na agroecologia, o grupo se associa com a Rede Ecovida de Agroecologia, a qual possui sua produção certificada como orgânico. Nesse modelo de certificação, os agricultores são organizados em núcleos, onde são responsáveis pela verificação da produção em conformidade com a legislação de produtos orgânicos em um processo de co-responsabilidade. Além do mais, os próprios membros de um mesmo núcleo têm uma corresponsabilidade entre si, pois se um dos agricultores não cumprir com os procedimentos, todo o núcleo pode perder sua certificação. (Isaguirre; Passos, 2013)

Da mesma forma, a coordenação do Acampamento Maria Rosa do Contestado se aproximou da IESol, que ao se identificar com os princípios da economia solidária. O grupo passa a ser incubado¹ pela IESol com a finalidade principal de buscar soluções para a questão da comercialização. A partir do processo de incubação, se propôs a constituição de uma rede

¹ A IESol tem como base uma metodologia considerando fases de pré-incubação, incubação e desincubação. A primeira fase é uma aproximação com os grupos, diagnósticos e aceitação; a segunda é um processo de incubação

de consumidores, intitulada Rede de Produtores e Consumidores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado.

Assim, a partir de informações contidas em documentos da IESol, a Rede de Consumidores iniciou no ano de 2019, tendo seus momentos de maior comercialização principalmente durante a Pandemia de Covid-19. Durante a Pandemia com todas as restrições e grande parte dos consumidores em trabalho remoto, davam uma atenção maior a sua alimentação. Até o ano de 2023, a Rede tem se mantido regularmente com encomendas quinzenais, e conseguiu proporcionar a renda às famílias acampadas. Embora esta renda seja limitada, as famílias produzem parte do seu sustento e os recursos possibilitam a aquisição de insumos ou de produtos que não são produzidos no local.

Da mesma forma, essa Rede e a Produção foi utilizada como comprovação de que os mesmos eram agricultores, pois como apontado, a conquista da área passou por um processo judicial, onde as famílias eram acusadas de não serem agricultoras. Com os recursos gerados e a partir de uma determinação legal, em 2021, as famílias conquistaram o direito a emitir nota de produtor, considerado uma das principais conquistas proporcionadas pela Rede. Com direito de emitir notas fiscais, foi possível acessar políticas públicas de aquisição de alimentos, como a alimentação escolar, aumentando a renda das famílias.

Segundo Hulse e Pasold (2017, p.182) “a efetivação da sustentabilidade [...] é, portanto, viável por meio da atuação de entidades associativas. [...] uma das melhores formas da efetivação da sustentabilidade é por meio da participação popular [...]”. Sendo assim, compreende-se que a experiência do Assentamento bem como, da Rede de Consumidores materializam práticas sustentáveis por meio do associativismo.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo abordou e elaborou a relação entre a prática do associativismo e da sustentabilidade em contexto do Assentamento Maria Rosa do Contestado. O associativismo, baseado em cooperação e participação social na perspectiva de resolução de problemas em comum, promove a formação de cidadãos mais democráticos e contribui para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Assim como a sustentabilidade que está inserida dentro do ²conceito, possuindo várias facetas, pois o assentamento possui em sua efetividade a prática destes.

Destacamos que com a prática do associativismo, questões que vão desde a geração de renda, acesso a determinados mercados, força política efetivar a conquista da terra, provavelmente seriam muito mais difíceis ou até impossíveis com base na agroecologia e assim realizando uma exploração mais sustentável e priorizando os mercados locais.

Assim o associativismo e a sustentabilidade através de união, democracia, cuidado com o meio ambiente e em busca de um bem comum que proporcione melhores condições de bem-estar da população, podem contribuir para o movimento social, visto o modo de produção vigente atual.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

CONCEIÇÃO, M. F. C; MANESCHY, M. C. **Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na**

em si, que vão desde formações até a busca por soluções para problemas e a desincubação é a fase em que o grupo já tem autonomia. Não há prazo para essas fases e pode ser um processo de avanços e retorno conforme a conjuntura e especificidades dos grupos. (Valadão, et al, 2018).

Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade. Universidade Federal do Pará. Pará, 2019. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/associativismo-e-sustentabilidade/128319961>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 333–361, mai./ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em: 10 mai. 2024

GUHUR, D.; SILVA, N..R. Agroecologia. In: Dias, A. et al. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. Pg. 59-72.

GURNEY, P. Movimento cooperativo. In: Outhwaite W.; Bottomore, T. **Dicionário do pensamento social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 484-487.

HÜLSE, Levi. **A contribuição do associativismo para a sustentabilidade ambiental, econômica e social:** análise da experiência brasileira e estrangeira. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Itajaí, 2018.

HULSE, L.; PASOLD, C. L. Práticas associativas em prol da sustentabilidade em Caçador, Santa Catarina, Brasil. **Revista Justiça do Direito**, v. 32, n. 1, p. 170-187, 15 mai 2018. UPF Editora. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5335/rjd.v32i1.8114>. Acesso em: 23 mai. 2024

ISAGUIRRE, KATYA; PASSOS, M. . Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia. In: Niederle, Paulo André; Almeida, Luciano de; Vezzani, Fabiane Machado. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, v., p. 362-387.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.17958>

LÜCHMANN, L. H. H.. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, p. 159-178, 2014.

MENDES, A. P. R.; BERNARDO, K. A.; VALADÃO, A. C. . Os limites e possibilidades da dialogicidade entre economia solidária e agroecologia no Acampamento Maria Rosa do Contestado - PR. In: Reidy Rolim de Moura; Camila Sopko; Adriano da Costa Valadão; Manuela Salau Brasil. (Org.). **Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários - Vol 2**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2023, v. 1, p. 159-185.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa história**, 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 15 mai. 2024

MINAYO, M. C. S. **Ciência, Técnica e Arte:** desafio da pesquisa social. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Ed. Vozes, 21º edição. Petrópolis, 2002.

RIOS, G.L. **O que é cooperativismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007 PERUZZO, C. M.K.

Pressupostos Epistemológicos e Metodológicos da Pesquisa Participativa: da observação participante à pesquisa-ação. Estudos sobre las Culturas Contemporáneas, 2017, vol. XXIII, 3. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/316/31652406009/html/>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.
VALADÃO, A. C.; BRASIL, F.S. ; CUNHA, L. A. G. ; BRASIL, M. S. ; MOURA, R. R. . Incubadora de Empreendimentos solidários - IESol/UEPG: trajetória e futuro. In: Valadão, A.C.; Brasil, F.B; Cunha, L.A.G.; Brasil, M.S.; Marino; P.A.; Moura, R. R.. (Orgs.).

Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos solidários. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2018, v. , p. 13-32

WYNNEK, C.; MOURA, R. R. ; VALADÃO, A. C. ; PANTALEAO, L. H. . A rede de comercialização do acampamento Maria Rosa do Contestado e o perfil socioeconômico dos seus consumidores. In: Reidy Rolim de Moura; Camila Sopko; Adriano da Costa Valadão; Manuela Salau Brasil. (Org.). **Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários - Vol 2.** . Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2023, v. 1, p. 185-215.